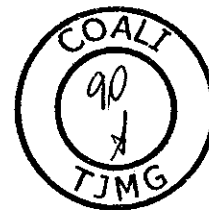


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



HOMOLOGAÇÃO

Para que produza os efeitos legais e de acordo com a delegação de poderes prevista na Portaria nº. 1.839 de 08.12.2005, homologo a licitação abaixo, conforme Ata de Julgamento da Sessão Pública do Pregão Eletrônico de 21.09.2011.

Processo: nº. 1605/2011

Licitação: nº. 115/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de carrinhos para processo – Ata 021/11.

LICITANTE VENCEDOR:

Lote Único: CAED INDUSTRIAL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

Valor Total: R\$74.895,00 (Setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais)

Belo Horizonte, 03 de outubro de 2011.

MICHEL G. SALOMÃO

Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

ou de ato praticado entre vivos, não confere aos sucessores o direito de participação individual nos acordos diretos.

7.1 Na hipótese prevista anteriormente (item 7), o sucessor do credor originário somente poderá participar dos acordos diretos juntamente com os demais sucessores, de modo que o acordo abranja a totalidade do crédito do beneficiário originário.

8. **VEDAÇÕES:** Não será admitido acordo direto relativo à parte do valor devido a um mesmo credor em determinado precatório, devendo o pedido de habilitação abranger a totalidade do respectivo crédito.

9. **RECEBIMENTO DO CRÉDITO:** A seleção, por si só, para a participação nos acordos diretos, não garante ao credor selecionado o direito ao recebimento do seu crédito.

10. **NORMAS QUE REGEM ESTE PROCESSO:** Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 97, § 8º, III; Lei municipal nº 10.082, de 12 de janeiro de 2011; Decreto nº 14.461, de 20 de junho de 2011 e Portaria-Conjunta G/PBH nº 001/2011.

Belo Horizonte, 5 de outubro de 2011.

Ramom Tácio de Oliveira
Juiz da Central de Precatórios

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes

05.10.2011

Homologação

Processo: nº. 1605/2011
Licitação: nº. 115/2011
Ata de Registro de Preços: nº 021/2011
Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de carinhos para processos.

LICITANTE VENCEDOR

Lote Único: CAED INDUSTRIAL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
Valor Total: R\$74.895,00 (Setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais)

Homologação

Processo: nº. 1552/2011
Licitação: nº. 105/2011
Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliário estofado – cadeira fixa com braços – Ata 017/2011.

LICITANTE VENCEDOR

Lote Único: MADELIDER COMERCIAL LTDA.
Valor Total: R\$110.000,00 (Cento e dez mil reais)

Homologação

Processo: nº. 1561/2011
Licitação: nº. 107/2011
Ata de Registro de Preços: nº 020/2011
Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de aparelhos de fac-símile.

LICITANTE VENCEDOR

Lote Único: GOMAG MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Valor Total: R\$111.000,00 (Cento e onze mil reais).

Licitação nº 064/11
Processo nº 613/11
Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais para escritório – Ata 014/11

Assunto: CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO (LOTE 06 - Pasta suspensa), restaurando-se o feito à fase de sessão pública, convocando os licitantes abaixo para nova sessão pública a realizar-se às 09:30 hs do dia 20.10.2011, à Rua dos Timbiras, 1802:

1. Capital Papelaria e Informática Ltda.
2. Cimapel Com. de Mat. Esc. Ltda.
3. Máximo Distribuidora Ltda.
4. Papelaria Irmãos Borges Ltda.
5. Papelaria Office Box Ltda.
6. Rafteco Com. de Mat. de Inf. Ltda.
7. Salenas Mat. para Escrit. Ltda.
8. Sérgio Luiz da Costa
9. Tampasco & Freitas Com. Ltda.
10. Tevilo Com. e Ind. Ltda.

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro

05.10.2011

Contratos (Extratos)

Cemig Distribuição S/A- Ct. 560/2011 de 05.10.2011. Objeto: Fornecimento de energia elétrica para uso exclusivo do JESP Criminal de BH/MG. - Vigência: 05.10.2011 a 05.10.2016. - Valor do Ct.: Tarifa mensal conforme demanda - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.12- Tarifa de Energia Elétrica.

Cemig Distribuição S/A- Ct. 561/2011 de 05.10.2011. Objeto: Fornecimento de energia elétrica para uso exclusivo do Fórum da Comarca de Varginha/MG. - Vigência: 05.10.2011 a 05.10.2016. - Valor do Ct.: Tarifa mensal conforme demanda - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.12- Tarifa de Energia Elétrica.

Antonio Juliano de Andrade e s/m Terezinha Almeida de Andrade - Ct. 506/2011 de 03.10.2011 - Objeto: Locação de imóvel comercial destinado à instalação e funcionamento do Arquivo Judicial do Fórum da Comarca de Diamantina/MG. - Vigência: 03.10.2011 a 03.10.2016. - Valor do Ct.: R\$ 114.000,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis - Pessoa Física.

Termos Aditivos – Contratos (Extratos)

Banco do Brasil S.A. - 3ª TA de 30.09.2011 ao Ct. 001/2009 de 19.12.2008 - Objeto: Prorrogação do

prazo de vigência - Vigência: 19.12.2011 a 18.12.2012. - Valor do termo: Sem ônus para o Tribunal. (Replicado por incorreção).

Convênios – Extratos

Município de Contagem/MG - Cv. 144/2011 de 04.10.2011. - Objeto: Estabelecimento de procedimento específico visando ao pagamento pelo Tribunal das verbas indenizatórias de transporte devidas aos Oficiais de Justiça por cumprimento de mandados judiciais de interesse do Município. - Vigência: 01.12.2011 a 01.12.2012. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

DIRETORIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Diretor Executivo: José Moreira Magalhães

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
Gerente: Paulo Roberto da Silva Coutinho

Diárias de Viagem:

Nome: Amanda Ledyr de Oliveira, Cargo: Oficial de Apoio Judicial D, Destino: Ouro Preto - MG, Atividade Desenvolvida: Atendimento aos pacientes PAI-PJ., Data saída: 17/10/2011, Data retorno: 20/10/2011, Qt. Diárias: "3,5".

Nome: Ana Cláudia da Silva Junqueira Burd, Cargo: Técnico Judiciário B, Destino: São Paulo - SP, Atividade Desenvolvida: Participar do Workshop de Terapia Cognitiva no Tratamento de Crianças e Adolescentes., Data saída: 08/09/2011, Data retorno: 11/09/2011, Qt. Diárias: "3,5".

Nome: Ana Paula Villela de Vilhena, Cargo: Técnico Judiciário A-III, Destino: Divinópolis - MG, Atividade Desenvolvida: Mutirão do DPVAT na comarca de Divinópolis., Data saída: 16/10/2011, Data retorno: 19/10/2011, Qt. Diárias: "3,5".

Nome: Antoninha de Paula Azevedo, Cargo: Oficial de Apoio Judicial C, Destino: Ouro Preto - MG, Atividade Desenvolvida: Atendimento aos pacientes PAI-PJ., Data saída: 17/10/2011, Data retorno: 20/10/2011, Qt. Diárias: "3,5".

Nome: Antônio Marcos Resende Faria, Cargo: Oficial de Apoio Judicial C, Destino: Belo Horizonte - MG, Atividade Desenvolvida: Convocação para o III AGIR - Atualização Gerencial para o Interior., Data saída: 02/10/2011, Data retorno: 08/10/2011, Qt. Diárias: "6,5".

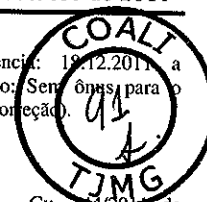
Nome: Cássio Azevedo Fontenelle, Cargo: Juiz de entrância especial, Destino: Ituiutaba - MG, Atividade Desenvolvida: Em atendimento a PORTARIA Nº 1.736/CGJ.2011., Data saída: 03/10/2011, Data retorno: 06/10/2011, Qt. Diárias: "3,5".

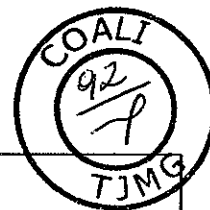
Nome: Celmira Aparecida da Silva, Cargo: Oficial de Apoio Judicial C, Destino: Belo Horizonte - MG, Atividade Desenvolvida: Comparecer perante a Prodemge em Belo Horizonte/MG para fazer certificação digital para acesso ao Infojud., Data saída: 09/10/2011, Data retorno: 11/10/2011, Qt. Diárias: "2,5".

Nome: Cláudia Mary Costa e Neves, Cargo: Técnico Judiciário C, Destino: Barbacena - MG, Atividade Desenvolvida: Atendimento a paciente PAI-PJ., Data saída: 14/09/2011, Data retorno: 14/09/2011, Qt. Diárias: "0,5".

Nome: Daniele Viana da Silva, Cargo: Juiz de Direito Substituto, Destino: Caeté - MG, Atividade Desenvolvida: Convocação para o Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados Vitaliciando - VIII Vitaliciar., Data saída: 01/09/2011, Data retorno: 04/09/2011, Qt. Diárias: "3".

Nome: Débora de Oliveira, Cargo: Oficial de Apoio Judicial C, Destino: Itaúna - MG, Atividade Desenvolvida: Despachar processos com o MM. Juiz de Direito da Comarca de Itaúna/MG., Data saída:





ATA Nº. 021/2011

PROCESSO nº. 1605/2011

LICITAÇÃO nº. 115/2011 – Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 14 / 10 / 2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 14 dias do mês de outubro de 2011, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE ÚNICO – CAED INDUSTRIAL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, com sede na Rua Caetano Bruno nº 250, Bairro Centro, em Potirendaba/São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.684.232/0001-06, neste ato representada por seu sócio, Sr. Edmundo Cabral Cugler, residente na Rua Siqueira Campos nº 1726, Bairro Boa Vista, São José do Rio Preto/SP, portador da Carteira de Identidade n.º 11.472.391-6, SSP/SP, CPF n.º 018.315.998-56.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de carrinhos para processos, de acordo com as condições contidas no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas, anexos integrantes do Edital e proposta da Contratada apresentada à **Licitação 115/2011 – Pregão Eletrônico**.

1.1. Este instrumento não obriga o **TRIBUNAL** a adquirir o (s) objeto nele registrado (s) nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor registrado encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O **TRIBUNAL** fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias úteis**.

6.1. Local e horário para entrega: Os materiais deverão ser entregues no estoque de bens permanentes da COPAT, situado à Rua Sócrates Alvim, nº 10, Vila Virgínia - Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, CEP 30.520-104, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COPAT, através dos telefones (31)3419.9700 e (31)3362.1303, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados, de acordo com a especificação técnica, e considerados conformes, mediante avaliação feita por amostragem do produto;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.



8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. A Ata poderá sofrer alterações quantitativas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 17 do Decreto Estadual nº 44.787/08;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

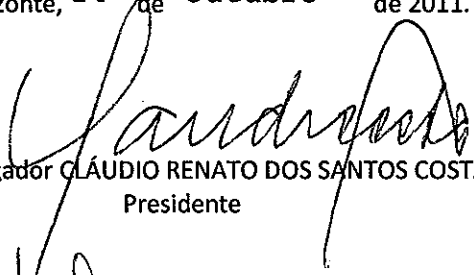
DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.


E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2011.

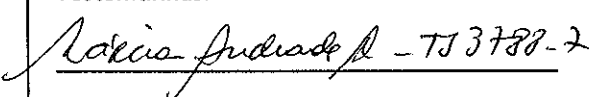
Pelo Tribunal:

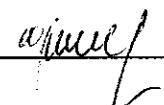

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Pelo Fornecedor:


EDMUNDO CABRAL CUGLER
SÓCIO

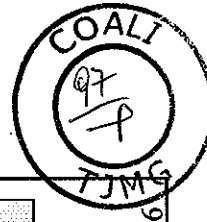
Testemunhas:

 - TJ 3788-2

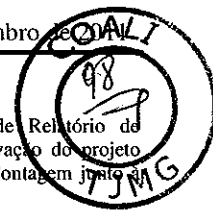
 7768378

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDOR
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 021/2011)

LOTE	CÓDIGO	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
UNICO	95.10.151-9	300	UN	<p>Carrinho para processo com duas repartições. Dimensões: 600x400x1000mm. Estrutura: Em tudo de aço, diâmetro de 1" e 5/8" com todas as peças soldadas entre si, com bordas frontais inclinadas, com separação central para colocação de processo e fechamentos laterais, central, posterior e de funda de tela lisa, malha de 50x50mm, fio de 1/8" em todos os pontos. Alça com movimento vertical num curso de 290mm com sistema de travamento atarrachante através de borboleta e com acabamento do puxador em PVC aplicado sobre o tubo metálico. Rodas metálicas, diâmetro de 150mmx30mm emborrachadas, espessura aproximada de 30mm, com eixo metálico inteiriço, diâmetro de 7/16" entre as rodas e rolamento esférico blindado por calotas metálicas desmontáveis. Suporte frontal em "Y", com sapata de borracha rígida nivelando o carrinho na posição de trabalho. Acabamento: Em pintura eletrostática (epóxi pó), na cor areia, de acordo com a padronização adotada pelo Tribunal de Justiça, com pré tratamento antiferruginoso (decapagem e fosfatização) com propriedades de resistência a agentes químicos. Embalagem: O carrinho deverá ser fornecido montado completo, montado e embalado individualmente.</p>	CAED	R\$ 249,65	CAED INDUSTRIAL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA



[Handwritten signature]



mesma comarca o candidato Orfeu Sérgio Ferreira Filho, por votação unânime.

1º Juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Juiz de Fora. Critério: Antiguidade. Resultado: Foi indicado à promoção o candidato Geraldo de Sousa Lopes, à unanimidade.

2ª Vara de Registros Públicos, Fazenda Pública e Autarquias Municipais, Falências e Recuperação Judicial da Comarca de Juiz de Fora. Critério: Merecimento. Resultado: Foi indicado à remoção o candidato João Martiniano Vieira Neto, por votação unânime.

SEGUNDA ENTRÂNCIA

Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Nanuque. Critério: Antiguidade. Resultado: Foi indicado à promoção o candidato Thiago Grazziane Gandra, à unanimidade.

2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Matozinhos. Critério: Antiguidade. Resultado: Foi indicada à promoção a candidata Sayonara Marques Issa, por votação unânime.

2ª Vara Cível da Comarca de Itajubá. Critério: Merecimento. Resultado: Foi indicado à remoção na mesma comarca o candidato Selmo Sila de Sousa, por votação unânime.

Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Itajubá. Critério: Merecimento.

Resultado: Foi indicado à remoção o candidato Thiago França de Resende, à unanimidade.

ENTRÂNCIA ESPECIAL

6ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte. Critério: Antiguidade. Resultado: Foi indicado à remoção na mesma comarca o candidato Octávio de Almeida Neves, à unanimidade.

5º Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte. Critério: Antiguidade. Resultado: Foi indicado à promoção o candidato Tarcísio Marques, por votação unânime.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

PROCESSOS DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS:

Nº 797 - Assunto: Alteração de competência de Varas das Comarcas de Andradas, Congonhas, João Pinheiro, Lagoa Santa, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Piumhi, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí e Três Pontas. Resultado: Aprovado nos termos do parecer da Comissão.

Nº 798 - Assunto: Instalação de Vara na Comarca de Manhuaçu. Resultado: Aprovaram.

Nº 799 - Assunto: Instalação de Vara na Comarca de Varginha. Resultado: Aprovaram.

PROCESSO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA nº 800 - Assunto: Criação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Resultado: Aprovaram.

Nada mais havendo, foi encerrada a sessão.

a. Wagner de Aguiar Mendes, Secretário da Corte Superior.

ENTRÂNCIA ESPECIAL

3º QUINTO	PONTOS
Haroldo Dutra Dias	
Tânia Maria Elias Chain	1956
Paulo Roberto Maia Alves Ferreira	1912,35
Fabiana Cardoso Gomes Feneira	1838
Geraldo Rogério de Souza	1793
Adriana de Vasconcelos Pereira	1785,5
Elexander Camargos Diniz	1781,85
Múcio Monteiro da Cunha Magalhães Júnior	1767
Jair Francisco dos Santos	1762
	1731

ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão
14.10.2011

Homologação

Processo: nº. 1148/2011

Licitação: nº. 095/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Aquisição de projetores multimídia e telas para projeção, para diversos prédios do TJMG.

LICITANTE VENCEDOR:

Lote Único: VINCENT COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA.

Valor Total: R\$11.900,00 (Onze mil e novecentos reais)

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes
14.10.2011

Errata

Licitação: 129/2011

Processo: 1888/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de infra-estrutura e organização de evento esportivo-institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais: "4ª Corrida e Caminhada de Bem com a Vida"

1)Item 5.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital):

ERRATA: onde lê-se "Data da Realização: 06 de novembro de 2011 - Domingo" leia-se "Data da Realização: 20 de novembro de 2011 - Domingo"

2)Item 16.2 Anexo I ao CT.XXX/2011

ERRATA: onde lê-se "Data de Realização 06 de novembro de 2011 - Domingo" leia-se "Data da Realização: 20 de novembro de 2011 - Domingo"

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 021/11

Processo: 1605/2011

Licitação: 115/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de carrinhos para processos.
Vigência: de 14.10.2011 a 14.10.2012

Lote Único: CAED INDUSTRIAL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no site www.tjmg.jus.br link licitações

Comissão Permanente de Licitação

Licitação: 098/2011

Processo: 1247/2011

Modalidade: Convite

Objeto: Serviço de elaboração de Relatório de Impacto Urbano - RIU para aprovação do projeto arquitetônico do novo Fórum de Contagem junto à Prefeitura daquele Município.

Recorrente: Vida Prestação de Serviços em Engenharia, Meio ambiente e Reflorestamento Ltda. Tendo em vista, diligência feita junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para esclarecimento dos atestados apresentados pela empresa em epígrafe, esta Comissão decidiu rever sua decisão publicada na edição do DJE do dia 19/08/2011, resolvendo pela habilitação da empresa.

Aviso de abertura da Proposta

Licitação: 098/2011

Processo: 1247/2011

Modalidade: Convite

Objeto: Serviço de elaboração de Relatório de Impacto Urbano - RIU para aprovação do projeto arquitetônico do novo Fórum de Contagem junto à Prefeitura daquele Município.

A Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, comunica aos interessados que a sessão pública de abertura do envelope de proposta da empresa habilitada à Licitação acima identificada ocorrerá no dia **18.10.2011 às 10:00 horas**, na Rua Timbiras, 1.802 - Centro - Belo Horizonte/MG.

Julgamento da Habilitação

Licitação: 108/2011

Processo: 1429/2011

Modalidade: Concorrência

Objeto: Execução de obras de construção do novo prédio do Fórum da Comarca de Visconde do Rio Branco/MG.

Foram habilitadas as empresas: Construtora Lourenço Ltda, Construtora Abapan Ltda e Consercon Construções Ltda. E inabilitadas as empresas: ENIC - Empresa nacional de Construção e serviços Ltda e Ferreira Júnior Engenharia Ltda.

Abre-se o prazo de recurso nos termos do art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Em 14/10/2011

a) Comissão de Licitação.

Julgamento

Licitação: 102/2011

Processo nº 1309/2011

Modalidade: Concorrência

Objeto: Execução das obras de reforma parcial e acessibilidade em diversas Comarcas do Estado de Minas Gerais.

DESERTA.

Em 14/10/2011

a) Comissão de Licitação.

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro
14.10.2011

Contratos (Extratos)

Drive A Informática Ltda. - Ct. 562/2011 de 14.10.2011 - Objeto: Aquisição de 555 Microcomputadores Phenom II X3 B73 c/ monitor/teclado/DVD - 3.0 GHZ - 2GB, marca HP Compaq 6005 pro sff, com suas licenças de uso de softwares - Vigência: 14.10.2011 a 14.10.2016. Valor do Ct.: R\$ 1.153.290,00 - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.4.4.90.52.07 - Equipamentos de Informática.